



MULHERES NA LINHA DE FRENTE

À medida que as mulheres se sentirem fortalecidas, o mundo também se fortalece. A escrita deste Plano de Ação Popular do CPX – Mulheres na Linha de Frente foi finalizado no dia 8 de março de 2024. As reflexões sobre o Dia Internacional da Mulher são tantas que não caberiam em poucas linhas. Desde sempre, as mulheres têm que lutar por espaço, direitos, respeito, trabalho, lealdade, oportunidades e amor, isso de maneira bem resumida. Vivendo em uma sociedade patriarcal, temos que brigar e nos impor para sermos ao menos ouvidas. É certo que atualmente vivemos de maneira bem menos dolorosa que nossas predecessoras. Graças a elas, hoje podemos viver de maneira menos perseguida. Mas a luta continua, ainda existem muitas injustiças. Não podemos nos intimidar. Sigamos juntas na fé e no amor. Parabéns por todas as conquistas até aqui!



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
O PLANO DE AÇÃO POPULAR DO CPX – MULHERES NA LINHA DE FRENTE	5
Agendas de políticas públicas para mulheres	5
O percurso de construção da agenda	8
AS MULHERES DO COMPLEXO DO ALEMÃO	13
AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS	17
Saúde integral da mulher, direitos sexuais e reprodutivos	17
Educação	27
Trabalho e autonomia econômica	34
Cultura	40
Esporte	45
Enfrentamento das violências contra as mulheres	50
MULHERES RAÍZES	57



*Participantes do projeto visitam
o Pão de Açúcar.*

FOTO: JULIENE CARVALHO

APRESENTAÇÃO

Historicamente, desde as primeiras lutas por saneamento básico no Complexo do Alemão, somos nós, moradoras, que construímos as redes de solidariedade, apoio e acolhimento das mulheres do bairro. Desde sempre, lutamos por nossa autonomia e pela efetivação dos direitos humanos, por meio de um esforço coletivo incansável e junto com mulheres de outras Favelas. Com nossas ações, projetos, organizações e redes, mostramos o enorme poder da articulação comunitária diante da ausência do Estado, da falta de espaços institucionais no território, da falta de políticas públicas e da profunda escassez de recursos. Construímos nossos espaços a partir de muita luta e nos apoiamos umas às outras, desenvolvendo tecnologias a partir de nossas vivências e resgatando nossas ancestralidades. São espaços de luta, de troca, de aprendizado, de escuta e de encontro. Neles, fazemos política, exercemos nossa cidadania e promovemos o empoderamento das mulheres, contando apenas com a mobilização comunitária e com doações e parcerias pontuais.

Este Plano de Ação Popular do CPX – Mulheres na Linha de Frente apresenta uma agenda de políticas públicas criada por mulheres e para mulheres. As propostas aqui apresentadas consolidam muitas de nossas lutas históricas e buscam potencializar nosso trabalho coletivo. Identificamos problemas que enfrentamos no dia a dia e apresentamos soluções para a melhoria da nossa qualidade de vida e para o desenvolvimento do bairro, entendendo que uma coisa depende da outra. Assim, o Plano traz particularidades das vidas das mulheres do CPX – cisgênero e transgênero, negras e não negras, todas faveladas –, mas também apresenta elementos que são de interesse social muito mais amplo, por atravessarem, em maior ou menor medida, as vidas de todas as mulheres.

Entendemos que a luta pela construção de futuros melhores depende da capacidade de imaginar um futuro diferente do presente e da possibilidade de torná-lo realidade. Imaginando futuros possíveis e avaliando criticamente a realidade em que vivemos, exigimos que as demandas apresentadas nesta agenda sejam atendidas pelo poder público. Radicalizamos a democracia pela participação direta, lutando para que as políticas públicas sejam formuladas, implementadas, geridas, monitoradas e avaliadas com as mulheres na linha de frente, especialmente as moradoras das Favelas e periferias, e sejam orientadas pelo valor da equidade e pela justiça social, racial, ambiental e de gênero.

Esperamos que este Plano de Ação Popular alcance o objetivo maior de construir uma sociedade mais justa e igualitária para as gerações atuais e futuras, valorizando a dignidade humana. Esperamos poder viver, além de sobreviver. Queremos, além de imaginar futuros melhores, ver nossos sonhos e esperanças se tornarem realidade.

*Oficina de
fotografia.*

FOTO: LORENA
BARBOSA



O PLANO DE AÇÃO POPULAR DO CPX – MULHERES NA LINHA DE FRENTE

AGENDAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

Políticas públicas são ações construídas pelo Estado para resolver os problemas enfrentados pela população e atender seus desejos e necessidades. Todas somos afetadas, em maior ou menor grau, pela falta ou insuficiência de políticas públicas. Para que elas sejam efetivas, é fundamental que sejam construídas com participação popular, desde a sua formulação até a avaliação de seus impactos. Afinal, são as pessoas comuns que conhecem melhor a realidade dos lugares em que moram, especialmente nas Favelas, onde os dados oficiais muitas vezes não traduzem a realidade da vida cotidiana.

As agendas de políticas públicas para mulheres consolidam lutas históricas e promovem o combate às desigualdades de gênero e ao racismo, como condições essenciais para o desenvolvimento social e a garantia dos direitos humanos. Antes de tudo, é importante lembrar que a categoria “mulheres” abarca uma grande pluralidade de vivências singulares. Não é possível considerar questões de gênero sem considerar uma ampla gama de outras questões, como cor/raça e etnia, classe e orientação sexual. Não é possível falar em mulheres sem considerar o racismo, as desigualdades, a lesbofobia e tantos outros problemas que atravessam nossas vidas. Para a formulação de políticas públicas, então, todos os grupos de mulheres precisam



*Oficina de
Formação
Política.
Tema:
A Mobilidade
Urbana na
Cidade.*

FOTO: LORENA
BARBOSA

ser contemplados em suas especificidades. Daí a necessidade de se radicalizar a democracia e os espaços de participação direta. Vale lembrar que as mulheres são maioria na sociedade, mas ainda assim são sub-representadas na política institucional. E que a vulnerabilidade socioambiental é resultado direto de decisões políticas.

As agendas para mulheres contemplam fatores materiais e simbólicos para apresentar demandas desde as mais gerais, como saneamento básico e meio ambiente, até as mais específicas, como a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos e as violências contra as mulheres. Para isso, partem da consideração das desigualdades estruturais de gênero que organizam a reprodução social e a vida na sociedade e privilegiam homens em detrimento das mulheres.

O levantamento que realizamos no projeto Mulheres na Linha de Frente — CPX, sobre políticas públicas e equipamentos públicos voltados para as mulheres, mostrou que há avanços, sobretudo no que se refere à formulação das políticas. Pela primeira vez, por exemplo, a política pública nacional conta com um ministério exclusivo para mulheres. Mas a pesquisa mostrou também que o impacto dessas políticas na alteração da realidade das mulheres negras e faveladas ainda é muito pouco significativo. O governo federal divulgou recentemente muitas ações, lançando um pacote de políticas para as mulheres. Contudo, o número de pessoas que poderão ter acesso aos seus benefícios é muito reduzido. As ações serão executadas em algumas cidades brasileiras e o Rio de Janeiro não é prioridade.

Essa não priorização do Rio de Janeiro, de fato, tem explicação. O Sudeste em comparação com outras regiões do país, tem um alto índice de desenvolvimento. No entanto, o Rio de Janeiro tem alguns índices de desigualdades alarmantes. Por exemplo, temos os piores dados do país nestes três indicadores:

PROPORÇÃO DE
ÓBITOS DE MULHERES
NEGRAS POR
CAUSAS MATERNAS,
EM RELAÇÃO AOS
NASCIDOS VIVOS
DE MÃES NEGRAS
RESIDENTES NO
MUNICÍPIO:

**110,79/
100 MIL**
HABITANTES

PERCENTUAL
DE PRÉ-NATAL
INSUFICIENTE
DE MÃES NEGRAS
NO TOTAL DE
PRÉ-NATAL
INSUFICIENTE:

74,68

PERCENTUAL DE
CRIANÇAS COM IDADE
INFERIOR A 5 ANOS
DIAGNOSTICADAS
COM DESNUTRIÇÃO
AGUDA (QUE
APRESENTAM PESO
ABAIXO DO LIMITE
DE NORMALIDADE
ACEITÁVEL PARA
A IDADE):

2,83%

Se para o Ministério da Mulher o Rio de Janeiro não é prioridade, o levantamento realizado evidencia que também não há priorização pelos governos do estado e do município na elaboração e execução de políticas consistentes voltadas para as mulheres. Há um conjunto de ações voltadas para mulheres vítimas de violência, mas de pouco impacto, voltadas para a sensibilização e denúncia e para a formação cidadã.

É urgente que as questões que afetam as mulheres em todas as suas dimensões sejam integradas ao planejamento governamental, e não apenas atendidas pontualmente. Para isso, é fundamental garantir a transversalidade de gênero. Esse conceito diz respeito à integração da perspectiva de gênero em todas as esferas de atuação governamental, reconhecendo a responsabilidade compartilhada por toda a sociedade pela execução das políticas públicas para mulheres. Assim, o objetivo desta agenda é inscrever as demandas das moradoras da Favela em uma agenda mais ampla de desenvolvimento social.

O PERCURSO DE CONSTRUÇÃO DA AGENDA

Este Plano de Ação Popular é resultado da articulação de organizações e lideranças locais que há tantas décadas sonham e lutam por melhorias na qualidade de vida das mulheres e pelo desenvolvimento do Complexo do Alemão e de todas as Favelas, comunidades urbanas e periferias do país. Cotidianamente, essas organizações e lideranças mostram que o individual e o coletivo são indissociáveis na luta política e que a transformação social não é possível sem a participação efetiva das mulheres nos debates e nas tomadas de decisão.

Ele é um desdobramento de outro documento mais geral, o Plano de Ação Popular do CPX¹, que consolida uma agenda de políticas públicas para o bairro. O Plano

1. BRUM PINHEIRO, Alan; SALES DIAS, Samantha (org.). *Plano de Ação Popular do CPX: Agenda 2030*. Rio de Janeiro: Instituto Raízes em Movimento, 2022.

mais geral é uma importante ferramenta política e está subsidiando uma ampla movimentação de incidência política com atores do Legislativo e do Executivo e, de forma mais geral, com toda a sociedade, articulando problemas e potencialidades do território com questões de interesse social muito mais amplo. Nele, é possível ver que todos os problemas levantados em 11 temáticas afetam diretamente as mulheres, muitas vezes de uma forma bastante específica.

Em março de 2023, o Plano de Ação Popular do CPX e assinaturas solicitando uma universidade no bairro chegaram até a primeira-dama, Janja da Silva, e à ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco. Elas receberam os documentos em um encontro inédito, histórico e memorável, realizado por mulheres líderes de projetos sociais do CPX. Esse foi um passo histórico, no sentido de afirmar o protagonismo das mulheres na política.

*Oficina de
Formação Política.
Tema: Educação
Básica.*

FOTO: LORENA BARBOSA



PROJETO “MULHERES NA LINHA DE FRENTE – CPX”

A agenda foi construída no âmbito do projeto Mulheres na Linha de Frente – CPX, realizado pelo Instituto Raízes em Movimento e financiado pelo Fundo Canadá para Iniciativas Locais (CFLI). O projeto se estruturou em três eixos:

1

OFICINA DE FOTOGRAFIA. Durante os encontros semanais, as participantes aprenderam com a fotógrafa Monara Barreto a utilizar a técnica fotográfica de celular articulada com debates sobre políticas públicas para mulheres nas Favelas. Com isso, desenvolveram um novo olhar a partir de suas próprias ferramentas, passando a representar sua realidade e as coisas que lhes chamam sua atenção de uma forma inteiramente diferente daquela pela qual as Favelas costumam ser representadas. O curso resultou na exposição Mulheres Raízes², que apresentou os registros fotográficos feitos pelas participantes, representando mulheres fortes e potentes do CPX. Além da exposição, foi feita uma intervenção urbana por meio de um trabalho de lambe-lambe no evento “Circulando – Diálogo e Comunicação na Favela”, realizado em 16 de dezembro de 2023 no CPX. Algumas das fotografias podem ser conferidas na galeria ao final deste documento.

2

CURSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA com ênfase na elaboração de políticas públicas, desenvolvido com o objetivo de promover uma cultura política entre meninas e mulheres do Complexo do Alemão, para que elas possam ter mais autonomia em seu cotidiano. O curso contou com a participação de 49 mulheres, cujos nomes podem ser conferidos ao final deste documento. No primeiro encontro, as participantes imaginaram coletivamente um país fictício. Nele, as mulheres da Favela têm participação comunitária relevante e participam de

2. Disponível em: <https://raizesemmovimento.org.br/exposicao-mulheres-raizes/>.

todos os níveis de decisão na esfera pública. Elas radicalizam a democracia e atuam ativamente na política, já não mais dominada por homens brancos descendentes da colonização. A partir desse exercício de imaginação e de avaliação crítica da realidade, a cada encontro, mediado por uma liderança local e/ou por uma convidada externa, as mulheres discutiam um tema, identificavam problemas e pensavam coletivamente em soluções. Grande parte da agenda de políticas públicas apresentadas neste Plano foi construída ao longo do curso. Ao fim do curso, as mulheres fizeram um passeio turístico pelo Pão de Açúcar e visitaram a Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Com a formação política, estreitaram seus laços, compartilharam refeições, se acolheram mutuamente, compartilharam sentimentos e impressões sobre suas vivências. O curso cumpriu seu objetivo de equipar as mulheres para que possam ocupar espaços de participação direta e construir políticas públicas a partir de suas próprias necessidades.

3

PESQUISA QUALITATIVA sobre políticas públicas para mulheres no CPX, que ouviu e sistematizou os principais problemas e demandas das moradoras do bairro. A pesquisa foi realizada por uma equipe composta majoritariamente por mulheres negras e faveladas: Marina Ribeiro, Krisna Silva e Anna Carolina Santos. E foi estruturada em três frentes:

- a. Levantamento bibliográfico sobre a formulação de políticas públicas para mulheres no Brasil;
- b. Análise documental e histórica sobre políticas públicas e/ou ações locais voltadas para mulheres. Foram pesquisadas políticas em três níveis (municipal, estadual e federal) e em seis áreas (políticas para mulheres, saúde, educação, cultura, atividades esportivas e meio ambiente);
- c. Entrevistas com lideranças femininas do CPX.



*Oficina de
Formação
Política.*

Tema:

*A Mobilidade
Urbana na
Cidade.*

FOTO: LORENA
BARBOSA

A pesquisa discute o esforço de reconstrução após os retrocessos que tiveram lugar no país, sobretudo a partir de 2019, quando a agenda neoconservadora provocou um desmonte das políticas públicas para mulheres e de outras políticas fundamentais, ancorado na misoginia, na LGBTfobia, no racismo e em estereótipos de gênero.

É fundamental registrar que o projeto Mulheres na Linha de Frente – CPX foi possível porque as Favelas têm produzido novos quadros com pessoas qualificadas, técnica e academicamente, assim como novos conhecimentos a partir do diálogo com conhecimentos populares de vivências, determinando seu protagonismo na construção de um ambiente com melhores condições sociais. O percurso de construção deste Plano de Ação Popular do CPX – Mulheres na Linha de Frente reflete esse cenário e parte, significativamente, da luta pela exigibilidade de direitos para as Favelas.

AS MULHERES DO COMPLEXO DO ALEMÃO

O Complexo do Alemão é um bairro que abriga um dos maiores conjuntos de Favelas da Zona Norte do Rio de Janeiro, somando 13 Favelas: Morro da Baiana; Morro do Alemão; Favela da Alvorada; Favela Nova Brasília; Favela Pedra do Sapo; Favela das Palmeiras; Favela Fazendinha; Favela da Grota; Favela da Matinha; Morro dos Mineiros; Favela do Reservatório de Ramos; Favela das Casinhas; Morro do Adeus; Favela Areal e Morro do Coqueiro. O CPX faz fronteira com outros bairros da região, como Ramos, Higienópolis, Olaria, Penha, Inhaúma e Bonsucesso. A heterogeneidade do território, com suas várias Favelas com históricos de ocupações e dinâmicas sociais distintas, nos informa muito sobre a história política e urbana do Rio de Janeiro e sobre as intervenções do poder público em áreas de favela.

Segundo os dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, residiam no Complexo do Alemão cerca de 27.036 homens e 28.184 mulheres. Esse número é contestado por moradoras(es), que sabem que a área é muito mais populosa. Quando esta agenda estava sendo escrita, o IBGE não havia divulgado ainda os dados do Censo 2022 referentes aos bairros. O índice de desenvolvimento humano do CPX é 0,711, sendo o 126º e último colocado no *ranking* da cidade do Rio de Janeiro.

O CPX foi erguido sobre a Serra da Misericórdia, em uma região rural da Zona da Leopoldina, e é caracterizado por ser uma região de morros e nascentes. Restam poucas áreas verdes na região, apesar dos esforços de preservação empreendidos por organizações locais. Boa parte

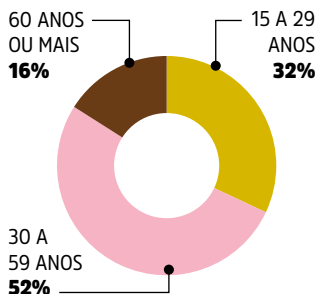
3. IBASE;
 Instituto Raízes
 em Movimento.
*Juventudes em
 movimento:*
 Sistema de
 Indicadores de
 Cidadania (Incid)
 Aplicados ao
 Complexo do
 Alemão. Rio de
 Janeiro: Ibase,
 2020.



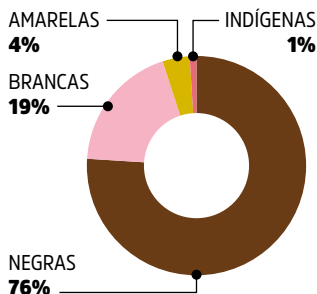
da serra foi destruída devido às atividades das pedreiras, muito comuns a partir da segunda metade do século XX e, ainda hoje, atuantes na região.

Os dados a seguir foram obtidos pela pesquisa Juventudes em Movimento, realizada entre 2018 e 2020 e coordenada pelo Ibase e pelo Instituto Raízes em Movimento³.

FAIXA ETÁRIA (MULHERES CPX)



COR/RAÇA (MULHERES CPX)



ESCOLARIDADE (MULHERES CPX)

ENSINO
 FUNDAMENTAL
 COMPLETO **50%**

NUNCA ESTUDARAM **3%**

ENSINO MÉDIO
 COMPLETO **24%**

ENSINO MÉDIO
 INCOMPLETO **18%**

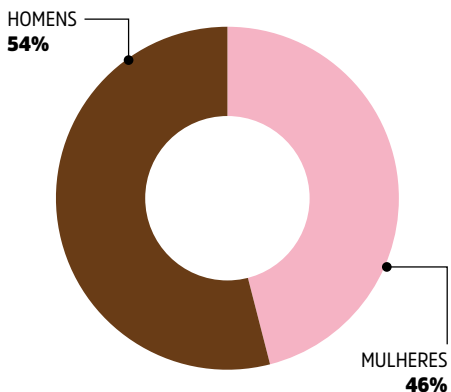
GRADUAÇÃO
 COMPLETA **5%**

AS MULHERES TÊM MAIS ACESSO À EDUCAÇÃO DO QUE OS HOMENS NO TERRITÓRIO: DO TOTAL DE PESSOAS QUE NUNCA ESTUDARAM, ELAS SÃO 44%, ENQUANTO ELAS SÃO 56%. AINDA ASSIM, A **DISPARIDADE DE GÊNERO NO ENSINO SUPERIOR CHAMA ATENÇÃO: DO TOTAL QUE COMPLETOU UMA GRADUAÇÃO, APENAS 44% SÃO MULHERES.**

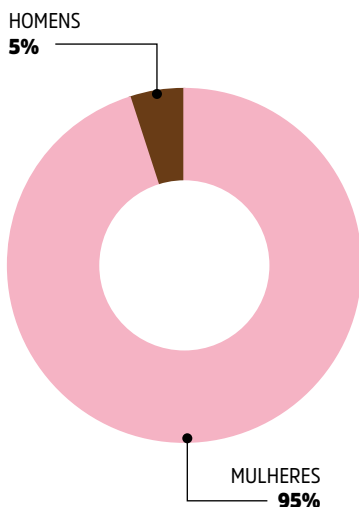


A DISPARIDADE ENTRE HOMENS E MULHERES É MAIOR QUANDO OLHAMOS PARA QUEM EMPREENDE, TEM UM NEGÓCIO PRÓPRIO OU TRABALHA COMO AUTÔNOMO OU POR CONTA PRÓPRIA (FORMA DE TRABALHO QUE EMPREGA A MAIOR PARTE DA POPULAÇÃO DO CPX). ENTRE ESSES TRABALHADORES, APENAS **39%** SÃO MULHERES.

POPULAÇÃO DO CPX TRABALHANDO



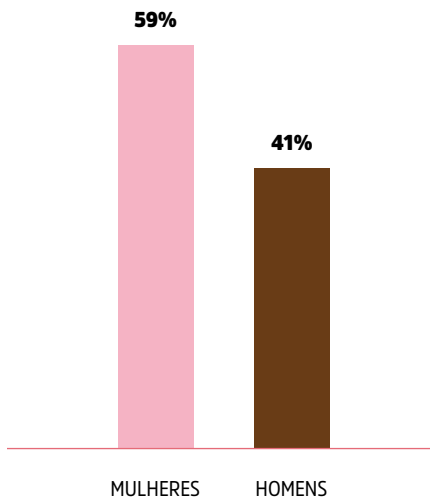
CUIDADOS DA CASA E DA FAMÍLIA



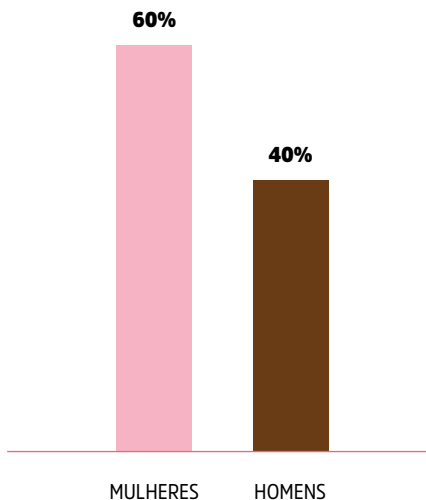
95% DAS MULHERES EXERCEM A ATIVIDADE DE CUIDADOS DA CASA E DA FAMÍLIA, CONTRA APENAS 5% DOS HOMENS. A SOBRECARGA DESSAS ATIVIDADES NO COTIDIANO GERA UMA GRANDE **PRESSÃO FÍSICA E EMOCIONAL** SOBRE AS MULHERES, ACARRETANDO PROBLEMAS DE SAÚDE. ALÉM DISSO, PREJUDICA SEUS PROCESSOS EDUCACIONAIS E FORMATIVOS E SUA **INSERÇÃO E PERMANÊNCIA** NO MERCADO DE TRABALHO.



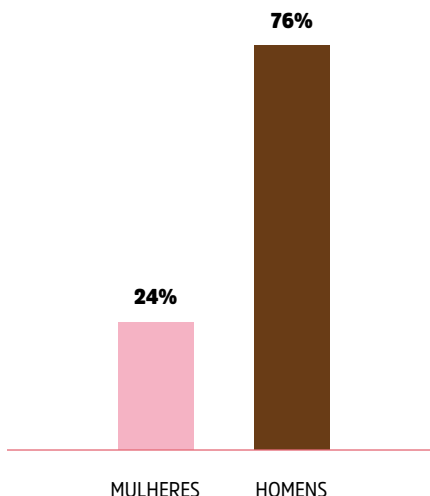
POPULAÇÃO DO CPX SEM RENDA



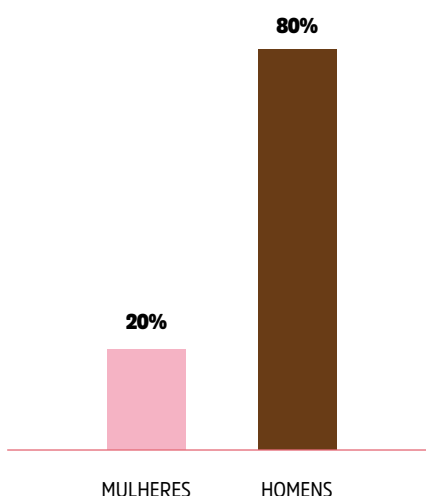
POPULAÇÃO DO CPX COM RENDA ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO



POPULAÇÃO DO CPX COM RENDA ENTRE 2 E 3 SALÁRIOS MÍNIMOS



POPULAÇÃO DO CPX COM RENDA ACIMA DE 5 SALÁRIOS MÍNIMOS



AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

SAÚDE INTEGRAL DA MULHER, DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

ARTIGO 196º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

“A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

A pesquisa *Juventudes em Movimento*⁴ mostra que moradoras(es) consideram a saúde o fator mais importante para melhorar as condições de vida no território. A pesquisa mostra também que 55% das mulheres moradoras do CPX consideram que não há acesso aos serviços de saúde específicos para mulheres cisgênero no território. Para 55% das moradoras, as mulheres transgênero não têm acesso aos serviços públicos de saúde de modo adequado e não discriminatório. Mulheres lésbicas e pessoas LGBTI+ relatam dificuldades de acesso e de procura por atendimento médico por causa da lesbofobia e da LGBTIfobia nos serviços de saúde.

Segundo a pesquisa *Persona Favela “Saúde da Mulher”*, realizada pelo Nós Inteligência e Inovação Social em 2023, o SUS é o principal provedor de consultas médicas das mulheres moradoras de Favelas no Brasil; apenas 12% delas

4. IBASE; Instituto Raízes em Movimento. *Juventudes em movimento: Sistema de Indicadores de Cidadania (Incid) Aplicados ao Complexo do Alemão*. Rio de Janeiro: Ibase, 2020.



*Oficina de
Fotografia.*

FOTO: FLAVIA COSTA

recorrem à rede privada. Pelo menos metade delas vão ao ginecologista pelo menos uma vez ao ano e 82% já realizaram o exame Papanicolau. Entre as que nunca fizeram o exame, o principal motivo foi não terem conseguido marcá-lo.

Segundo o Instituto Nacional de Câncer (Inca), o câncer de mama é o tipo que mais acomete mulheres em todo o mundo. No Brasil, essa é a principal causa de mortalidade por câncer entre as mulheres. As maiores taxas de incidência e de mortalidade estão nas regiões Sul e Sudeste. Em 2023, foram estimados 73.610 casos novos, com um risco estimado de 66,54 casos a cada 100 mil mulheres. No Complexo do Alemão e em outras Favelas, as mulheres têm diagnóstico tardio de câncer e morrem antes de conseguirem tratamento.

Os dados e relatos sobre acesso de mulheres à saúde pública são sempre alarmantes. Nosso direito à saúde e nossos direitos sexuais e reprodutivos são constantemente violados. Por isso, neste Plano de Ação Popular, apresentamos propostas de políticas públicas voltadas para a



*Aula inaugural de
Formação Política.
Tema: A
importância
dos conselhos
tutelares.*

FOTO: LORENA BARBOSA

atenção integral à saúde das mulheres moradoras de Favelas e que garantam nossos direitos sexuais e reprodutivos. A luta pelo direito à saúde marca toda a história da articulação comunitária no Complexo do Alemão. Organizações locais, como o Comitê de Desenvolvimento Local da Serra da Misericórdia (CDLSM), fazem um incansável trabalho de conscientização, diálogo e acolhimento, discutindo e formulando políticas públicas com participação direta da população. Ao longo dos anos, conquistaram importantes avanços na área da saúde. A gente luta tanto, todas as nossas demandas já deviam ter sido respeitadas!

As meninas e mulheres moradoras de Favelas têm suas vidas atravessadas pelo adoecimento, pela falta de serviços básicos e especializados de qualidade no território e em seu entorno e pela discriminação, falta de escuta e violência por parte de profissionais da saúde. Quando falamos em adoecimento, é importante não nos esquecermos dos sofrimentos psíquicos. Segundo o relatório “Esgotadas: empobrecimento, a sobrecarga de cuidado e

o sofrimento psíquico das mulheres”, elaborado pela ONG Think Olga em 2023, 45% das mulheres brasileiras têm diagnóstico de ansiedade, depressão ou outros tipos de transtornos mentais no contexto pós-pandemia da Covid-19. A ansiedade, transtorno mais comum no Brasil, faz parte do dia a dia de 6 em cada 10 mulheres brasileiras.

Exigimos ser atendidas por políticas públicas que promovam melhorias no atendimento à saúde de todas as mulheres, considerando as especificidades das moradoras do CPX e das demais Favelas. Essas políticas devem contemplar o atendimento integral à saúde da mulher, o planejamento reprodutivo, à atenção obstétrica, o direito à menstruação com dignidade, o abortamento inseguro e o acolhimento de vítimas de violência doméstica e sexual.

Entendemos que não é possível falar em saúde sem considerar que a situação de vulnerabilidade em que as mulheres da Favela se encontram não é apenas social, mas socioambiental. Nossos direitos ambientais são violados, com impactos significativos na saúde, na segurança alimentar e na qualidade de vida. Segundo a pesquisa Juventudes em Movimento, 72% dos moradores do CPX consideram que as condições ambientais no território não são de qualidade. Por exemplo, a má qualidade da água nas Favelas faz com que doenças diarreicas, respiratórias e de pele ainda sejam muito frequentes, pressionando o atendimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Essas relações complexas entre a saúde das mulheres e outras dimensões importantes para o desenvolvimento local dos territórios de Favela reforçam a importância da transversalidade de gênero na elaboração das políticas públicas e no planejamento governamental.

Para além das demandas apresentadas, incorporamos às 18 exigências da Carta da Grande Leopoldina⁵, redigida por participantes da Conferência Livre, Democrática e Popular de Saúde da Grande Leopoldina de 16 de julho de 2022. As exigências apresentadas na Carta foram



72%
DOS MORADORES DO
CPX CONSIDERAM
QUE AS **CONDIÇÕES**
AMBIENTAIS NO
TERRITÓRIO NÃO
SÃO DE QUALIDADE

5. Disponível em:
<https://informe.ensp.fiocruz.br/assets/anexos/1df7ce037b3d3aa6b0ded6d9f57a0fb8.PDF>.

construídas coletivamente e reafirmam a posição em defesa da vida, da democracia e do SUS, que, desde sua criação, tem seu funcionamento e financiamento atacado por grupos interessados em seu desmonte. Lutamos pela inviolabilidade do direito à saúde e pela garantia do SUS democrático, descentralizado, gerido com base técnica e soberania popular, com as mulheres na linha de frente.

ALGUNS DOS NOSSOS PROBLEMAS



- Violação do direito das mulheres à saúde.
- Violação dos direitos sexuais e reprodutivos.
- Violação do direito à menstruação com dignidade.
- Violência ginecológica e obstétrica.
- Pobreza e insegurança alimentar.
- Atendimento tardio ao câncer. As mulheres da Favela morrem quando o câncer é descoberto.
- Adoecimento mental, agravado pela pandemia da Covid-19 e pelos retrocessos misóginos dos últimos anos.
- Falta atendimento das demandas específicas de saúde mental.
- Falta de atenção à saúde da mulher idosa.
- Falta de assistência e violações de direitos no planejamento familiar, durante a gravidez e o pré-natal, no parto, nos 28 dias pós-parto (puerpério).
- Falta de atendimento e apoio à mulher durante os dois primeiros anos de vida da criança.
- Falta de investimentos em saúde na rede de Atenção Básica e em serviços de média e alta complexidade no CPX e em seu entorno.
- Falta de profissionais de saúde atuando no território, incluindo os especificamente voltados para saúde da mulher.

- Alta rotatividade de profissionais de saúde no território.
- A Atenção Primária à Saúde (APS), que deveria ser voltada sobretudo para a prevenção e vigilância, não oferece atendimento suficiente e de qualidade no território.
- As Unidades Básicas de Saúde (UBS) estão sobrecarregadas com problemas complexos de uma população adoecida, sem acesso à prevenção.
- Falta de escuta ativa das mulheres na porta de entrada do sistema de saúde.
- Impossibilidade da opção de atendimento por ginecologistas mulheres.
- Falta de articulação entre saúde mental e educação nos espaços educacionais.
- Médicos e médicas não escutam a população LGBTI+. Quem mais nos escuta são assistentes sociais e enfermeiras e enfermeiros.
- Invisibilização dos problemas de saúde das mulheres lésbicas, inclusive na saúde bucal, sem atendimento especializado e centros de referência. Falta qualificação de profissionais de saúde para atender e escutar a população LGBTI+. Eles não investigam os problemas de saúde quando as mulheres falam que são lésbicas e não têm conhecimento sobre as especificidades dos corpos das pessoas LGBTI+, muitas vezes tratando pacientes como se fossem cis-heterossexuais.
- Falta de informações sobre como se proteger de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) no sexo lésbico.
- Adoecimento mental, agravado pela pandemia de covid-19 e pelos retrocessos misóginos dos últimos anos, e falta atendimento das demandas específicas de saúde mental.
- Sofrimentos causados pela grande pressão emocional gerada pela sobrecarga de cuidado e trabalho.

O QUE QUEREMOS



- Políticas públicas e maior investimento na atenção integrada à saúde da mulher no território.
- Criar e regulamentar no âmbito do SUS protocolos de atendimento de saúde de meninas e mulheres, atendendo as especificidades da saúde da mulher lésbica.
- Formação e fortalecimento dos agentes comunitários de saúde.
- Ampliação e fortalecimento da rede de Atenção Básica, com a criação de unidades de saúde para atender todo o território, oferecendo atendimento psicossocial e acompanhamento longitudinal das demandas de saúde mental.
- Garantir atendimento oncológico para mulheres.
- Implementação de programas de saúde preventiva, incluindo exames regulares, vacinação e educação sobre saúde da mulher, em todas as fases da vida.
- Ampliação dos serviços de saúde mental, incluindo equipes multidisciplinares, com atenção às demandas específicas das mulheres. Campanhas de conscientização sobre saúde mental voltadas para mulheres.
- Ampliação das equipes de saúde, especificamente voltados para a saúde da mulher, e redução da rotatividade dos profissionais, a fim de melhorar as condições de trabalho e o acompanhamento das pacientes. Incentivos para a fixação de profissionais de saúde no território, promovendo melhoria nas condições de trabalho.
- Estabelecer diálogos com a academia para mudar a formação dos profissionais de saúde, especialmente médicas e médicos, com ênfase na comunicação, na empatia, na escuta ativa e no atendimento humanizado, com a compreensão das demandas específicas das moradoras de Favela.

- Criação de um fórum com os profissionais de saúde atuantes no território.
- Integração das unidades de atendimento ao cotidiano das moradoras, por meio de ações que estimulem debates sobre saúde, atendam às necessidades da população e assegurem atendimento de qualidade nas Clínicas da Família e nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF).
- Implementação efetiva da Estratégia Saúde da Família (ESF).
- Realização da Jornada de Saúde para debater e garantir o direito à saúde no território.
- Garantia do direito à menstruação com dignidade, com a distribuição gratuita, nos espaços comunitários, de absorventes e produtos de higiene menstrual.

Oficina de Formação Política. Tema: A importância do SUS nas favelas — Saúde. FOTO: FLAVIA COSTA



- Acesso gratuito e fácil a métodos contraceptivos e serviços de planejamento reprodutivo.
- Enfrentamento efetivo da violência obstétrica. Campanhas de conscientização sobre os direitos das mulheres durante a gestação e o parto. Atendimento humanizado durante o pré-natal e parto humanizado.
- Extensão dos programas de saúde infantil para incluir suporte materno-infantil.
- Atendimento integral e humanizado às vítimas de violência doméstica e sexual.
- Atendimento de pessoas LGBTI+ por equipes multiprofissionais no SUS, garantindo atendimento psicossocial e assistência social, assegurando seu funcionamento em espaços seguros e equipados com infraestrutura técnica, a fim de garantir conforto e sigilo para pacientes.
- Formação de profissionais de saúde para o atendimento da população LGBTI+, garantindo sua formação continuada.
- Acompanhamento das demandas específicas de saúde da população LGBTI+, garantindo exames inclusivos e tratamentos adequados e respeitosos.
- Criação de um Comitê de Saúde para o controle das reclamações das mulheres e da população LGBTI+ relacionadas ao atendimento no território e estruturar um canal para recebimento de reclamações e denúncias.
- Criação de um Centro de Referência da Saúde da Mulher Lésbica.
- Atendimento odontológico para mulheres, com atenção às necessidades das mulheres lésbicas.
- Implementação de Ações Integradas de Saúde (AIS) para a promoção da saúde da população LGBTI+.
- Programas de saúde preventiva e atendimento domiciliar para mulheres idosas. Promoção de atividades sociais e recreativas para promover o bem-estar e combater o isolamento social dessas mulheres.



Visita à Câmara dos(as) Vereadores(as).

FOTO: LORENA BARBOSA

- Desenvolvimento de uma parceria com a Secretaria de Transportes, que poderia disponibilizar um ônibus pelo menos uma vez por mês, possibilitando às mulheres e às mulheres faveladas exercer seu direito à cidade, conhecer o Rio de Janeiro e suas belezas.
- Espaços e atividades que ajudem a renovar as energias das mulheres, aliviar a pressão emocional, ativar a esperança e elevar nossa autoestima. Faltam espaços de meditação, relaxamento, autocuidado e auto-observação.

EDUCAÇÃO

ARTIGO 205º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Segundo dados da PNAD Contínua do IBGE, a necessidade de trabalhar é o principal motivo de abandono escolar no Brasil. Em 2023, esse foi o principal motivo para 24% das mulheres brasileiras. Outros motivos apresentados por elas foram gravidez (22,4%), falta de interesse em estudar (21,5%) e sobrecarga com afazeres domésticos ou cuidado de pessoas (10,3%). Entre os homens, este último motivo foi considerado inexpressivo pelo IBGE (0,6%).

A educação é um direito previsto na Constituição Federal e um dever do Estado. Nas Favelas, a realidade educacional apresenta uma série de desafios que impactam a população, sobretudo as mulheres. Moradoras de Favelas sofrem historicamente com problemas estruturais que violam o seu direito à educação de qualidade. Conflitos armados e operações policiais recorrentes fecham creches e escolas, afetando as suas garantias de efetividade, trazendo ainda mais desigualdade social, discriminações, confrontos e mais mortes do que oportunidades de desenvolvimento. Isso gera adoecimento, aumenta a taxa de evasão escolar e, por consequência, a mão de obra para a criminalidade não só nas Favelas, mas por toda a cidade. As Favelas sofrem, também, com escolas e creches em número insuficiente e sem condições mínimas de funcionamento. Esse cenário foi agravado pela pandemia da Covid-19, que dificultou e interrompeu processos educacionais, acentuando

as desigualdades e chamando ainda mais atenção para a exclusão digital de moradores de Favelas.

No Complexo do Alemão, a luta política, consolidada no Plano de Ação Popular do CPX, resultou na conquista de um *campus* do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) no território, representando uma vitória histórica para a favela e um marco importante na democratização do acesso à educação para moradores de Favelas. Apresentamos, nesta agenda, algumas propostas formuladas pelas mulheres do projeto Mulheres na Linha de Frente, para que o *campus* atenda melhor às necessidades da população.

Contudo, apesar dessa conquista, os desafios ainda são muitos, especialmente para as mulheres, como a falta de políticas públicas educacionais voltadas para suas necessidades específicas. O Complexo do Alemão anseia por soluções concretas, tendo em vista a sistemática exclusão das populações socialmente vulneráveis e racialmente marcadas do ensino formal no Brasil e, por consequência, do mercado de trabalho, tendo impacto direto em suas perspectivas de futuro.



58% DAS MULHERES DO CPX NÃO DEIXAM SUAS CRIANÇAS EM CRECHES OU ESCOLAS PÚBLICAS, FREQUENTEMENTE POR CONTA DA FALTA DE VAGAS E DA PRECARIIDADE DAS CONDIÇÕES

Considerando a enorme sobrecarga de cuidado da casa e da vida sobre as mulheres, as questões relacionadas ao desenvolvimento de crianças e adolescentes atravessam esta agenda de políticas públicas. A pesquisa Juventudes em Movimento mostra que 58% das mulheres do CPX não deixam suas crianças em creches ou escolas públicas, frequentemente por conta da falta de vagas e da precariedade das condições. Entre elas, muitas não têm onde deixar as crianças. Entre as alternativas, estão: deixar as crianças com parentes e amigos, contar com a ajuda de cuidadoras e recorrer a creches e escolas particulares.

Para que as mulheres possam trabalhar com dignidade e conquistar sua autonomia econômica, o cuidado precisa ser compartilhado por toda a sociedade e pelo Estado,



*Oficina de
fotografia
com celular.*

FOTO: LORENA
BARBOSA

especialmente quando sabemos que mulheres faveladas e periféricas se desdobram em jornadas duplas e mesmo múltiplas para cuidar de suas famílias, não conseguindo exercer seu direito à educação e ao trabalho e, por consequência, não alcançando a autonomia econômica.

ALGUNS DOS NOSSOS PROBLEMAS

- Violação do direito à educação na Favela, com estrutura educacional insuficiente para atender toda a população e de péssima qualidade.
- Precarização e desvalorização de professores, que recebem salários baixos e enfrentam péssimas condições de trabalho.
- Falta de políticas públicas educacionais voltadas para mulheres.
- Estereótipos de gênero limitam as oportunidades educacionais para meninas.
- Falta de programas educacionais específicos para combater a discriminação de gênero e a violência contra as mulheres nas escolas.



- Falta de programas de gênero e sexual nas escolas, impedindo que crianças e adolescentes conheçam seus direitos sexuais e reprodutivos.
- A insegurança pública cria um ambiente desfavorável para a educação, violando o direito à educação.
- Violência intelectual sofrida por jovens ao finalmente acessarem determinados espaços, muitas vezes marcados pela meritocracia.
- A Educação de Jovens e Adultos (EJA) não atende a população, sendo de péssima qualidade e contando com poucos professores.
- Escassez de oportunidades educacionais e profissionais e de acesso à renda qualificada e sustentável.
- Falta de oferta de capacitação técnica e educação profissional, uma das formas mais eficazes para a inclusão produtiva de jovens.
- Sobrecarga de trabalho sobre meninas e mulheres, que saem da escola e ficam de fora da força de trabalho por terem responsabilidades de cuidado da casa e de outras pessoas.
- Exclusão digital.
- Dificuldade de deslocamento na busca de melhor qualidade de ensino, contribuindo para a evasão escolar.
- A educação de crianças e jovens é de péssima qualidade. Para além dos problemas relacionados ao desenvolvimento dessas crianças e jovens e às suas oportunidades ao longo da vida, isso dificulta muito a vida das mães e responsáveis, gerando uma grande sobrecarga de cuidado. Entre os principais problemas, estão:
 - O tempo integral nas escolas é ocioso e faz com que crianças e adolescentes desejem não estar na escola, dificultando as rotinas das mães e responsáveis.
 - A fila de espera para os Espaços de Desenvolvimento Infantil (EDIs) é muito grande.

- Os critérios de seleção das escolhas das vagas nos EDIs e nas escolas precisam ser repensados. Há casos de irmãos que são alocados em escolas diferentes, dificultando a rotina da família.
- Dificuldades para se conseguir transferências de escolas.
- Há crianças e adolescentes sem passe livre, prejudicando sua mobilidade para chegar até a escola e voltar para casa.
- O período integral nas escolas, quando é um tempo ocioso e sem programas voltados para o desenvolvimento dos jovens, além de não contribuírem para seu processo educacional, impede jovens de participarem de outras atividades, como cursos ou passeios pela cidade.
- As merendas escolares não têm qualidade. Além disso, muitas escolas não deixam os estudantes repetirem a refeição.
- Não existe um trabalho de articulação entre saúde mental e educação dentro dos espaços educacionais.

O QUE QUEREMOS

- Conquistamos, por meio de muita luta histórica e do Plano de Ação Popular do CPX, um *campus* do IFRJ no Complexo do Alemão. Apresentamos, agora, as demandas das mulheres do território:
 - Criar um Departamento de Memória Cultural e Identidade Territorial, com participação efetiva das mulheres moradoras do CPX.
 - Criar cursos para moradores do CPX a partir de enquetes direcionadas.



- Cotas para moradores do CPX, respeitando-se os indicadores sociais.
 - Cotas para mulheres moradoras do CPX, respeitando-se os indicadores sociais.
 - Auxílio creche.
 - Garantir que haja mediadores na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio.
-
- Ampliar a oferta de EJA nas Favelas.
 - Aumentar o número de escolas no território, respeitando-se as configurações territoriais e a distribuição populacional da favela.
 - Garantir uma formação política verdadeira para moradoras de Favelas.
 - Criar programas de empoderamento de mulheres na educação, com ações voltadas para a promoção da igualdade de gênero, incentivo à liderança feminina e combate à discriminação.
 - Criar programas de educação sexual nas escolas, com discussões sobre gênero, práticas inclusivas para a população LGBTI+ e combate à LGBTIfobia.
 - Criar políticas específicas para incentivar a permanência de meninas na escola, combatendo a evasão escolar.
 - Criar políticas públicas para estimular projetos para a formação de meninas e mulheres na ciência (por exemplo, carreiras exatas, computação, tecnologia da informação).
 - Desenvolver programas de apoio às mulheres que enfrentam a sobrecarga de trabalho, incluindo serviços de creches e suporte para conciliar responsabilidades domésticas e profissionais.
 - Criar programa de remuneração para jovens mulheres que contemple jovens periféricas inseridas nos programas educacionais ou profissionais, para que possam colaborar na renda familiar e se desenvolver com incentivo e garantia de alimentação e deslocamento.

- Incentivar a presença de mulheres em cargos de liderança nas instituições educacionais.
- Estabelecer parcerias com empresas para qualificação e requalificação profissional e para o emprego de trabalhadoras.
- Ampliar vagas em creches e escolas, inclusive espaços noturnos para as crianças cujas(os) responsáveis trabalham ou estudam à noite, e creches e escolas em tempo integral.
- Efetivar a Lei nº 10.639 e a Lei nº 10.645, que incluem no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
- Ampliar os programas relacionados à mobilidade dos estudantes, com investimento na infraestrutura de transportes, garantindo acesso facilitado e seguro às escolas no território e na cidade. Garantir o passe livre estudantil para todos os estudantes.
- Aumentar o número de EDIs nas Favelas. Revisar os critérios de seleção para os EDIs, priorizando a manutenção de irmãos na mesma escola.
- Fortalecer a relação entre o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e a escola.
- Criar a cartilha “Escola, família e comunidade”.
- Melhorar o período integral nas escolas. Desenvolver estratégias para enriquecer esse tempo com atividades de esporte, cultura e lazer.
- Flexibilizar os horários do período integral, para se ajustar às jornadas de trabalho das pessoas responsáveis pelas crianças, na maioria dos casos mulheres.
- Assegurar que a alimentação de crianças e jovens seja de qualidade, com merendas nutritivas.
- Possibilitar a jovens o acesso a outras atividades de lazer e de ensino além da escola.

TRABALHO E AUTONOMIA ECONÔMICA

ART. 23º DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS:

1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
3. Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social (...)."

A autonomia econômica das mulheres diz respeito à sua capacidade de gerar rendimentos e recursos próprios por meio do acesso e da permanência no mercado de trabalho e ao trabalho remunerado em condições iguais às dos homens. Quanto mais autônomas, mais as mulheres podem tomar decisões a respeito de suas próprias vidas, fazer suas próprias escolhas. Desigualdades de renda e de trabalho geram impactos duradouros nas vidas das mulheres e aumentam as desigualdades sociais.

O desenvolvimento social e local nos territórios de Favela é condição fundamental para a autonomia econômica das mulheres faveladas. Como mostram diversas pesquisas⁶, as decisões de permanecer estudando e se qualificar para conseguir um emprego ou alguma renda por meio da informalidade depende das condições de vida, das leituras das mulheres sobre sua realidade, sobre as condições de vida de suas famílias e sobre suas próprias trajetórias. É difícil investir em um futuro melhor quando o presente apresenta tantos obstáculos e quando esse futuro

6. Ver GUIMARÃES, Nadya Araujo; VIEIRA, Priscila Pereira. As "ajudas": o cuidado que não diz seu nome. *Estudos Avançados*, v. 34, n. 98, 2020. pp. 7-24.

melhor parece tão inalcançável. A pesquisa Juventudes em Movimento mostra que 67% das moradoras do CPX se consideram as principais responsáveis por atividades como lavar louça, cozinhar, limpar e arrumar a casa, lavar e passar roupa, cuidar das crianças, fazer compras e pagar contas. A única atividade em que a participação dos homens é maior que a das mulheres é na realização de pequenos consertos na casa.

Esse dado revela a percepção das mulheres do território sobre o cuidado compartilhado da casa e da vida e evidencia a desigualdade na divisão sexual do trabalho. Para que as mulheres faveladas e periféricas tenham seu direito ao trabalho digno garantido e desenvolvam sua autonomia econômica, é fundamental, em primeiro lugar, que a sociedade e o Estado compartilhem a responsabilidade pelo cuidado, diminuindo a sobrecarga sobre as mulheres, considerando que tantas ainda abandonam seus processos educacionais e laborais por conta de afazeres domésticos e do cuidado de outras pessoas, ambos invisibilizados e desvalorizados pela sociedade.

É preciso, também, ampliar sua participação e permanência no mercado de trabalho, garantindo qualidade e igualdade nas condições e remunerações. Segundo uma pesquisa do FGV Ibre⁷, mulheres negras ganham menos da metade que homens brancos no Brasil. Esses homens formam a camada com a maior remuneração, à frente também das mulheres brancas e amarelas e dos homens negros. Além da geração de empregos e do empreendedorismo, é fundamental construir políticas públicas de inclusão e inserção produtiva e que promovam o acesso à renda, associadas a programas de erradicação da pobreza e de combate à insegurança alimentar, para apoiar as mulheres em suas trajetórias educacionais e laborais,



67% DAS MORADORAS DO CPX SE CONSIDERAM AS **PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS** POR ATIVIDADES COMO LAVAR LOUÇA, COZINHAR, LIMPAR E ARRUMAR A CASA, LAVAR E PASSAR ROUPA, CUIDAR DAS CRIANÇAS, FAZER COMPRAS E PAGAR CONTAS

7. VIECELI, Leonardo. Mulheres negras ganham menos da metade que homens brancos no Brasil, mostra novo estudo: Elas seguem enfrentando desigualdades no mercado de trabalho mesmo com avanço educacional, diz estudo. *Folha de S. Paulo*, Economia, Mercado de Trabalho, 28 jul. 2023.

especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social. A autonomia econômica depende da redução das desigualdades na divisão sexual do trabalho, mas também de mecanismos de combate à pobreza e à fome e insegurança alimentar.



*Mulheres da
turma da oficina
de fotografia.*

FOTO: FLAVIA COSTA

ALGUNS DOS NOSSOS PROBLEMAS



- Falta de um programa universal para mulheres jovens, em especial as faveladas e periféricas, para que elas possam desenvolver plenamente seus projetos de vida.
- Escassez de oportunidades educacionais e profissionais e de acesso à renda qualificada e sustentável.
- Falta de políticas públicas efetivas de inclusão produtiva e inserção profissional para mulheres moradoras de Favelas.
- Falta de oportunidades de qualificação e requalificação profissional para mulheres.
- Falta de oferta de capacitação técnica e educação profissional, uma das formas mais eficazes para a inclusão produtiva de jovens.
- Desigualdade salarial e precarização do trabalho.
- Falta de creches e suporte para mães trabalhadoras.
- Discriminação e violência de gênero no mundo do trabalho.
- Dificuldade de acesso a linhas de crédito e a oportunidades de empreendedorismo.
- Falta de incentivo ao empreendedorismo feminino, incluindo capacitação e acesso a recursos.
- Discriminações de gênero colocam barreiras ao desenvolvimento profissional, limitando o desenvolvimento profissional das mulheres.
- Exclusão digital: acesso limitado à tecnologia (como ficou evidente durante a pandemia da Covid-19) e falta de oportunidades para desenvolver habilidades digitais.
- Transporte público inseguro, insuficiente e ineficiente, dificultando a mobilidade e violando o direito ao acesso à cidade por mulheres moradoras de Favelas.



O QUE QUEREMOS

- Criar e incentivar projetos de formação profissional para trabalhadoras, como a criação de centros de formação, a educação para mulheres e o mapeamento e a oferta de oportunidades de trabalho.
- Criar programas de capacitação técnica e educação profissional específicos para mulheres, com ênfase em áreas com demanda no mercado de trabalho.
- Criar práticas de valorização profissional da mulher e garantir seus direitos trabalhistas e de segurança social.
- Promover a formação profissional em espaços desativados, com aproveitamento de estruturas desativadas que foram construídas com verbas públicas em projetos antigos (por exemplo, as estações do Teleférico do Complexo do Alemão).
- Políticas públicas efetivas de inclusão produtiva e inserção profissional para mulheres.
- Projetos e políticas públicas que promovam a autonomia econômica das moradoras do CPX.

Preparativos para a exposição "Mulheres Raízes".

FOTO: FLAVIA COSTA



- Qualificação de mulheres moradoras de Favelas em laboratórios de inovação social.
- Programas de empoderamento de mulheres moradoras de Favelas em Tecnologia da Informação (TI).
- Incentivar empregadores a promoverem balcões de emprego voltados para trabalhadoras de favelas, em particular do Complexo do Alemão. Ampliar postos de emprego para essas trabalhadoras.
- Reduzir a disparidade salarial entre homens e mulheres e combater as desigualdades de gênero no mercado de trabalho, como a discriminação de mães trabalhadoras.
- Programas de formação profissional adaptados às demandas das mulheres do Complexo do Alemão e de outras favelas.
- Programas de estágio e aprendizagem para mulheres moradoras de Favelas, facilitando a transição das mulheres para o mercado de trabalho.
- Políticas de qualificação e requalificação para mulheres moradoras de Favelas.
- Programas de desenvolvimento de habilidades digitais voltados para moradoras de Favelas.
- Programas de orientação profissional para mulheres jovens moradoras das Favelas.
- Programas de remuneração para jovens mulheres que contemplem jovens periféricas inseridas nos programas educacionais ou profissionais, para que possam colaborar na renda familiar e se desenvolver com incentivo e garantia de alimentação e deslocamento.
- Mapear oportunidades para mulheres jovens (por exemplo, oportunidades próximas ao Complexo do Alemão direcionadas para moradoras do território).
- Políticas de equidade salarial e transparência.
- Fiscalização e aplicação das leis trabalhistas para combater a precarização do trabalho e a violência contra as mulheres no mundo do trabalho.

CULTURA

ART. 215º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

“O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.



PARA **74%**
DA POPULAÇÃO DO CPX OS
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS
DE CULTURA, ESPORTE E
LAZER DO TERRITÓRIO **NÃO**
ATENDEM ÀS NECESSIDADES
DA POPULAÇÃO LOCAL

A cultura é uma ferramenta de exercício da cidadania e de resistência. Políticas públicas culturais são fundamentais para o desenvolvimento social e o fortalecimento da democracia. Por meio delas, é possível fortalecer a riquíssima produção cultural e artística das Favelas, construindo equipamentos culturais nos territórios, apoiando trabalhadoras e trabalhadores da cultura e ampliando o acesso da população à cultura produzida em outros espaços da cidade. Mas, para garantir o direito à cultura, é preciso formular políticas que promovam a igualdade de gênero e a igualdade racial. Por exemplo, o IBGE mostra como o acesso à cultura e ao lazer é desigual e atravessado pelo racismo. Segundo dados de 2019, 44% das pessoas negras (pretas e pardas) no Brasil vivem em cidades sem cinemas, contra 34% da população branca; 37% vivem em cidades sem museus, contra 25% dos brancos.

De acordo com a pesquisa Juventudes em Movimento, para 74% da população do CPX os equipamentos públicos de cultura, esporte e lazer do território não atendem às necessidades da população local. O Complexo do Alemão é um lugar marcado pela diversidade e expressão cultural, muito resultante da vinda e do encontro de pessoas de diferentes cantos do país, com diferentes saberes, vivências e identidades culturais,

étnicas e religiosas. Organizações locais, como Talentos do Morro, Instituto Raízes em Movimento, Educap, Oca dos Curumins, ViDançar, Verdejar Socioambiental e muitas outras, resistem e fazem política a partir de projetos culturais protagonizados por moradoras e moradores do bairro. Entre as atividades desenvolvidas, estão oficinas de cinema e fotografia, de produção audiovisual, de dança, de grafite, de artesanato e outras artes, além de festivais e eventos que articulam técnica, criatividade, diálogo e inovação.

Não falta cultura nem arte no território, muito pelo contrário. O que falta é a institucionalização da cultura, que garanta condições para que moradoras e moradores possam desenvolver seus projetos com estrutura, garantias e continuidade. O que falta é o incentivo e a estrutura institucional para que mulheres possam se expressar artística e culturalmente, se comunicar e produzir sua própria história. Exigimos do poder público o reconhecimento de nosso direito à memória, ao patrimônio cultural

Colagem de lambe-lambe no evento Circulando. Na foto: Ana Bia Novais.

FOTO: VDZN



e aos museus e demais espaços culturais. Exigimos que nossas vozes e nossas histórias não sejam mais apagadas e deixadas de fora dos registros oficiais.

A agenda de políticas públicas culturais apresentada a seguir busca fortalecer e ampliar as iniciativas locais e exigir do poder público e de toda a sociedade que a promoção da cultura seja considerada uma prioridade para o desenvolvimento social. Entre os benefícios da cultura, estão a melhoria do bem-estar, a educação, a expressão cultural e artística, a criação de oportunidades e a promoção da autonomia de meninas e mulheres moradoras de Favelas.



ALGUNS DOS NOSSOS PROBLEMAS

- Falta de projetos e ações culturais voltados para as moradoras do CPX. Quando existem, não há apoio institucional para o desenvolvimento e a continuidade das atividades.
- Falta de projetos, ações e espaços voltados para a memória, o patrimônio cultural e os museus no território.
- Falta de iniciativas que levem eventos culturais, exposições e apresentações artísticas às Favelas.
- Marginalização e estigmatização da cultura da Favela.
- Falta de programas educativos que abordem a história e a cultura das favelas nas escolas.
- Falta de iniciativas que promovam a educação cultural como meio de empoderamento das mulheres faveladas.
- Dificuldade no acesso a recursos para projetos culturais. Pouco suporte institucional para o desenvolvimento artístico e cultural de mulheres nas favelas.
- Falta de programas de financiamento e bolsas relacionadas à cultura e à arte.
- Exclusão digital, dificultando o acesso à cultura.
- Violação do direito à mobilidade e ao acesso à cidade.

O QUE QUEREMOS



- Criar políticas públicas de promoção da igualdade de gênero, igualdade racial e empoderamento de mulheres por meio da cultura.
- Realizar intervenções urbanísticas no território do Complexo do Alemão para melhorar a comunidade e a qualidade de vida de suas moradoras.
- Criar políticas públicas que viabilizem a instalação de novos equipamentos para a promoção da cultura e arte nos territórios periféricos e de Favelas.

Colagem de lambe-lambe no evento Circulando.

FOTO: VDZN



- Criar um programa universal para as juventudes, em especial as moradoras de favelas, para que elas possam desenvolver plenamente seus projetos de vida.
- Criar um Departamento de Memória Cultural e Identidade Territorial no *campus* do IFRJ no Complexo do Alemão, com participação efetiva das mulheres moradoras do CPX.
- Apoio institucional para projetos e ações culturais na Favela.
- Editais e programas de incentivo voltados para a preservação e valorização do patrimônio cultural das Favelas, incluindo a memória e a história produzida pelas próprias moradoras.
- Museus e espaços de memória no território.
- Criar espaços de diálogo e participação ativa das mulheres nas decisões culturais.
- Programas que incentivem a participação ativa das meninas e mulheres em atividades culturais.
- Criar linhas de financiamento específicas para projetos culturais liderados por mulheres, simplificando os processos de solicitação e proporcionando suporte técnico na elaboração de propostas.
- Estimular a criação de redes de apoio entre artistas e empreendedores culturais, promovendo a troca de experiências e conhecimentos.

ESPORTE

ARTIGO 217º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

“É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um (...)”.

Esporte é coisa de mulher. Essa afirmação é um ato de resistência em um mundo em que os esportes, em grande medida, são historicamente criados por homens e para eles. Hoje, a sociedade já entende melhor (embora ainda muito menos do que deveria) que o mundo esportivo não é e não pode ser masculino. Mas ainda há muito pelo que lutar. Por exemplo, uma pesquisa recente⁸ mostra que mulheres são minoria em cargos esportivos. Isso significa que, mesmo em ligas femininas, elas ocupam menos cargos de treinadoras, gestoras e árbitras, em comparação aos homens. Meninas e mulheres ainda sofrem com a violência no esporte, sofrendo agressões psicológicas, físicas, sexuais e morais, além de negligência e microagressões⁹.

O esporte é um direito previsto na Constituição Federal, sendo dever do Estado fomentar práticas esportivas, diretamente relacionadas à educação, à saúde e ao bem-estar. Entendemos que o esporte é uma ferramenta de empoderamento, de combate à violência contra as mulheres e de luta pela igualdade de gênero. As práticas esportivas são uma importante ferramenta de ativação da esperança de meninas e mulheres da Favela e uma forma de criação de oportunidades. Mas não existem, no Complexo do Alemão, equipamentos esportivos suficientes e em boas condições para atender a população. Esses equipamentos são espaços fundamentais para melhorar a saúde e promover o bem-estar de mulheres moradoras do território.

Segundo a pesquisa Juventudes em Movimento, para 74% da população do CPX os equipamentos públicos de cultura, esporte e lazer do território não atendem às

8. FOGAÇA, Ana Beatriz. Mulheres ainda são minoria em cargos esportivos: Professores comentam que, mesmo em ligas exclusivamente femininas, a participação de mulheres como treinadoras, árbitras e gestoras ainda é baixa. *Jornal da USP, Atualidades*, 7 jun. 2023.

9. ROSSI, André. Joanna Maranhão destaca combate a micro agressões para reduzir violência no esporte. *RBA, Esportes*, 21 ago. 2022.



MORADORES
E MORADORAS DO
CPX CONSIDERAM AS
ATIVIDADES DE ESPORTE
E LAZER O **4º FATOR**
MAIS IMPORTANTE
PARA **MELHORAR AS**
CONDIÇÕES DE VIDA
NO TERRITÓRIO

necessidades da população local. Moradores e moradoras consideram as atividades de esporte e lazer o 4º fator mais importante para melhorar as condições de vida no território; saúde pública aparece em primeiro lugar. Organizações locais lutam cotidianamente, muitas vezes mobilizando seus próprios recursos e enfrentando todo tipo de obstáculo para promover o esporte. A falta de manutenção dos equipamentos e a falta de apoio resultam em condições precárias para o desenvolvimento das atividades, muitas delas descontinuadas ou lutando para sobreviver.

Iniciativas como a organização Abraço Campeão e o Projeto Ginástica para Todos na Levada do Ritmo transformam a vida de centenas de crianças e jovens, criam oportunidades, inclusive em competições internacionais, e melhoram a vida de centenas de famílias na favela. A luta por recursos é enorme. Mais uma vez, diante da falta do Estado, moradores

*Oficina de
Formação Política.
Tema: Educação
Básica.*

FOTO: LORENA BARBOSA



se articulam para criar condições para melhorar a qualidade de vida e o desenvolvimento local.

A agenda de políticas públicas esportivas apresentada a seguir busca fortalecer e ampliar as iniciativas locais e exigir do poder público e de toda a sociedade que a promoção do esporte seja considerada uma prioridade para o desenvolvimento social. Entre os benefícios do esporte, estão a melhoria da saúde e do bem-estar, a educação, a expressão esportiva, a criação de oportunidades e a promoção da autonomia de meninas e mulheres moradoras de Favelas.

ALGUNS DOS NOSSOS PROBLEMAS

- Discriminação de gênero nos esportes.
- Violências e abusos contra as mulheres nos esportes.
- Falta de incentivo a meninas e mulheres para praticarem esportes e se profissionalizarem no mundo esportivo.
- Vulnerabilidade social e insegurança alimentar de moradoras de Favelas.
- Suspensão das atividades esportivas no território por interferências externas, sobretudo operações policiais.
- Falta de equipamentos esportivos no território para melhorar a qualidade de vida, o bem-estar e a saúde das mulheres moradoras das Favelas.
- Dificuldade de deslocamento e de acesso a outras partes da cidade para a realização de atividades de esporte e lazer.
- Falta de projetos e ações voltados para a promoção do esporte entre as meninas e mulheres do CPX.
- Insustentabilidade financeira dos projetos sociais esportivos, o que gera a interrupção das atividades e a descontinuidade dos projetos.



- Dificuldade dos projetos menores e locais para atender mais pessoas, por falta de investimento e de capacitação contínua.
- Falta de autonomia dos agentes do território para gerir os projetos, inclusive aqueles oferecidos pelo poder público.
- Falta de projetos de qualificação de educadoras esportivas.



O QUE QUEREMOS

- Políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e de empoderamento de mulheres por meio do esporte, em especial as moradoras de Favelas e periferias.
- Programas de incentivo financeiro e bolsas de estudo para meninas e mulheres envolvidas em atividades esportivas, facilitando o acesso à profissionalização no esporte.
- Programas de treinamento para atletas moradoras de Favelas.

Oficina de fotografia.

FOTO: FLAVIA COSTA



- Campanhas de conscientização que combatem estereótipos de gênero no esporte e medidas de enfrentamento efetivo das violências e abusos contra meninas e mulheres nos esportes.
- Estabelecer códigos de conduta e procedimentos claros para lidar com casos de discriminação de gênero nos esportes, assegurando um ambiente seguro para meninas e mulheres.
- Investir em equipamentos esportivos em diferentes áreas do CPX, para melhorar a saúde e a qualidade de vida das moradoras de todas as Favelas.
- Estabelecimento de parcerias para criar oportunidades para meninas e mulheres no esporte. Por exemplo, criar parcerias com clubes e federações esportivas para promover programas de mentoria e estágio para mulheres que desejam seguir carreira no esporte.
- Criar programa de formação de mulheres educadoras no esporte, garantindo sua capacitação continuada.
- Estimular a realização de campeonatos esportivos femininos nas Favelas.
- Criar um canal verificado nas redes sociais para comunicação e cobrança das autoridades.
- Estabelecer um canal de diálogo com responsáveis por crianças e jovens para que acompanhem as atividades, apoiem educadoras(os) e se beneficiem dos projetos.
- Melhorar o transporte público para facilitar o deslocamento das mulheres das favelas a outras partes da cidade para a realização de atividades esportivas e de lazer.
- Mapear as iniciativas e projetos sociais esportivos no território e sistematizar um documento para registro e divulgação, destacando a importância e as oportunidades do esporte para meninas e mulheres.
- Criar um Comitê de Esportes do Complexo do Alemão, com participação de moradoras do bairro.

ENFRENTAMENTO DAS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES

ART. 226º, PARÁGRAFO 8º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

“O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações...”.

ARTIGO 3º DA CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER (CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ):

“Toda mulher tem direito a ser livre de violência, tanto na esfera pública como na esfera privada”.

10. RAMOS, *Silvia et al.* (Org.). *Elas vivem: liberdade de ser e viver*. Rio de Janeiro: CESeC, 2024.

11. BUENO, *Samira et al.* *Feminicídios em 2023*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

12. INSTITUTO SOU DA PAZ. *O papel da arma de fogo na violência contra a mulher: Análise da violência armada no Brasil de 2012 a 2019 a partir dos dados de saúde*. Instituto Sou da Paz; Ford Foundation, jul. 2021.

Mais um Dia Internacional das Mulheres e, com ele, a publicação de mais dados alarmantes, e cada vez piores, sobre as violências contra as mulheres. O boletim “Elas Vivem: liberdade de ser e viver”, da Rede de Observatórios da Segurança, publicado em 2024, mostra que, em 2023, 3.181 mulheres foram vítimas de eventos de violência de gênero em oito estados monitorados pela Rede, incluindo o Rio de Janeiro. No Rio, o número de casos de violência contra a mulher quase dobrou em quatro anos. O estupro cresceu 134%¹⁰.

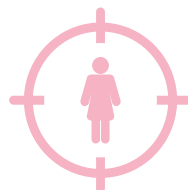
Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)¹¹, o Brasil registrou 1.463 casos de feminicídio em 2023 — ou seja, uma mulher foi morta a cada seis horas. Esse é o maior número registrado desde que a lei contra feminicídio foi criada, em 2015. Um relatório do Instituto Sou da Paz, de 2021¹², mostra que a arma de fogo tem sido o principal instrumento empregado nos assassinatos de mulheres no Brasil, tendo sido utilizada em 51% dos casos nos últimos 20 anos. O Rio de Janeiro tem Rio registrou em 2023 o maior número de mulheres mortas por arma de fogo (30) e o maior número de feminicídios

praticados por agentes do Estado (4)¹³, provando que a liberação de armas de fogo pela população tem matado as mulheres com maior efetividade e rapidez.

Esses dados colocam questões fundamentais: Quem tem direito à justiça? Quem tem direito à segurança? Quem tem direito à vida?¹⁴. No Brasil, e especificamente nas Favelas, as mulheres ainda têm esses direitos negados, em uma clara violação dos direitos humanos. Na maioria dos casos, como mostram diversas pesquisas, os agressores são parceiros íntimos, amigos, conhecidos e familiares das vítimas. As violências são muitas também nos espaços públicos, como no transporte coletivo.

Segundo dados da pesquisa Juventudes em Movimento¹⁵, 69% das moradoras do Complexo do Alemão acreditam que as mulheres cisgênero sofrem violência pelo fato de serem mulheres. Para 75% delas, as mulheres transgênero sofrem violência pelo fato de serem mulheres. Apesar dos problemas denunciados há décadas e dos casos de violências contra as mulheres, não há, nem nunca houve, um equipamento público de acolhimento para mulheres no CPX. Como mencionado na apresentação deste Plano de Ação Popular, historicamente são as próprias moradoras que se articulam para construir seus espaços, acolher as mulheres, conquistar autonomia e lutar por direitos.

Entre as várias iniciativas de moradoras voltadas para a assistência e o acolhimento de mulheres, está o coletivo Mulheres em Ação no Alemão (MEEA), criado por Camila Moradia. O MEEA tem como objetivo a promoção e o empoderamento de chefes de família, vítimas ou não de violência doméstica, apoiando-as no fortalecimento de sua autonomia e na garantia de seus direitos básicos. O coletivo faz um trabalho de cadastro e monitoramento de centenas de mulheres e suas famílias.



69% DAS MORADORAS DO CPX ACREDITAM QUE AS MULHERES CISGÊNERO **SOFREM VIOLÊNCIA PELO FATO DE SEREM MULHERES.**

PARA **75%** DELAS, AS MULHERES **TRANSGÊNERO** **SOFREM VIOLÊNCIA PELO FATO DE SEREM MULHERES**

13. RAMOS, Sílvia et al. (Org.). *Elas vivem: liberdade de ser e viver*. Rio de Janeiro: CESeC, 2024

14. *Idem.*

15. IBASE. Instituto Raizes em Movimento. *Juventudes em movimento: Sistema de Indicadores de Cidadania (Incid) Aplicados ao Complexo do Alemão*. Rio de Janeiro: Ibase, 2020.

*Visita à
Câmara dos(as)
Vereadores(as).
Na foto: Michele
Sandes.*

FOTO: LEON DINIZ

Outro espaço comunitário de referência na assistência e no acolhimento no território é o Educap: Espaço Democrático de União, Convivência, Aprendizagem e Prevenção, criado pela educadora e líder comunitária Lúcia Cabral. O Educap atua em múltiplas frentes, com destaque para saúde e educação, oferecendo um espaço coletivo voltado para o desenvolvimento das pessoas e do território. Entre as atividades voltadas para as mulheres, estão artesanato e artes, defensoria pública, assistência social, esportes, oficinas, formação para o mercado de trabalho e formação para o empreendedorismo. Pode-se mencionar também o Centro de Integração na Serra da Misericórdia (CEM), um espaço agroecológico de integração socioambiental e cultural, tocado por mulheres negras do Complexo da Penha que promovem a agricultura urbana e a segurança alimentar.



Essas organizações são algumas entre as várias construídas por moradoras da Favela que fazem um trabalho de acolhimento de mulheres em diferentes âmbitos, contando apenas com a mobilização comunitária e doações e parcerias pontuais. As mulheres que tocam as organizações mostram o enorme poder da articulação comunitária diante da ausência de políticas e programas institucionais para resolver os problemas da comunidade e em condições de profunda escassez de recursos.

Este Plano de Ação Popular exige do poder público políticas efetivas de enfrentamento às violências contra as mulheres e que garantam seu direito ao acolhimento institucional, à segurança e à vida.

ALGUNS DOS NOSSOS PROBLEMAS

- Patriarcado.
- Misoginia, afetando as oportunidades das meninas e mulheres ao longo de toda a sua vida.
- Agravamento contínuo das violências contra as mulheres, acrescido do racismo e das discriminações contra mulheres moradoras de Favelas e periferias.
- Agravamento contínuo da violência doméstica e violência sexual contra mulheres.
- Aumento contínuo do feminicídio e transfeminicídio.
- Assédio de mulheres no transporte público.
- Genocídio, criminalização e estigmatização da juventude negra moradora de favelas, afetando diretamente o seu direito à mobilidade e à acessibilidade urbana.
- Ineficiência das leis de combate ao racismo.
- Abusos e violências de agentes do Conselho Tutelar contra as mulheres e suas famílias.



- As mulheres da Favela se veem sozinhas para solucionar problemas de violência. Não há no CPX um equipamento público de acolhimento de mulheres. Não há serviços públicos de atendimento psicológico, jurídico e assistência social que atendam as moradoras do bairro.



O QUE QUEREMOS

- Projetos e políticas públicas que promovam a igualdade de gênero, a igualdade racial e os direitos das mulheres com ações efetivas no bairro e previnam o feminicídio e o transfeminicídio.
- Criação de um equipamento público de acolhimento de mulheres no CPX, que atenda às demandas das moradoras das 13 Favelas do território, especialmente daquelas em situação de vulnerabilidade social extrema.
- Construção de uma unidade da Casa da Mulher no CPX.
- Construção e fortalecimento de redes de apoio às mulheres nos territórios de favela.
- Formação de lideranças para o enfrentamento à violência de gênero e à misoginia.
- Maior efetividade do canal Ligue 180.
- Ampliação da rede de núcleos integrados e de delegacias de atendimento à mulher para áreas não atendidas no território, com a garantia de que o atendimento seja humanizado.
- Ampliação da cobertura do CRAS e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no território.

- Fortalecimento dos serviços destinados às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, por meio da integração de serviços em diferentes áreas (assistência social, justiça, saúde, educação, trabalho e renda).
- Trabalho de conscientização a respeito do propósito do Conselho Tutelar, colocando o debate sobre a importância do Conselho para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, a fim de aumentar o engajamento nas votações de conselheiros.
- Maior fiscalização das ações do Conselho Tutelar, com participação direta das mulheres moradoras das Favelas, para acabar com os abusos e violências de conselheiros contra as mulheres e as famílias e garantir a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
- Maior articulação com parlamentares que possam ajudar a aprimorar leis de combate ao racismo e com ativistas da luta preta que ajudem na conscientização e no fortalecimento do povo preto.

Dona Maria homenageada em lambe-lambe.

FOTO: VDZN





Oficina de turbantes africanos.

FOTO: LORENA BARBOSA

MULHERES RAÍZES

POR **MONARA BARRETO**

Quando falamos de mulheres associamos a vida, força e resistência. Fugindo de todos os rótulos, estigmas e lutando contra sistemas estruturais que foram responsáveis pela invisibilidade de muitas mulheres silenciadas ao longo da história.

O projeto Mulheres na Linha de Frente – CPX, realizado pelo Instituto Raízes em Movimento e financiado pelo Fundo Canadá para Iniciativas Locais, pensou através de ações diretas em utilizar a técnica fotográfica de celular aliada à debates sobre políticas públicas para mulheres nas Favelas, trazendo em encontros semanais exercícios fotográficos retratados por alunas do curso.

“Mulheres Raízes” se caracterizam por representar mulheres fortes e potentes das favelas, em especial do Complexo do Alemão. Observamos toda a essência das mulheres retratadas, seus fazeres, desafios e ações cotidianas.

Mulheres que assumem lugares importantes dentro de seus territórios, ativamente em sua rotina diária, no trabalho, dentro de casa, mulheres que sempre lutaram por suas conquistas, movimentos e sonhos.

Essa mostra de imagens busca construir narrativas mais diversas e representativas. É uma forma poderosa de celebrar as mulheres que, diariamente, enfrentam desafios e contribuem para o progresso de seus territórios.

Espero que essas fotografias inspirem reflexões e ações que promovam a igualdade de gênero e o reconhecimento da importância das mulheres em todas as esferas da sociedade.

TATIANA

*Trabalhadora da padaria da Grotá,
no Complexo do Alemão.*

FOTO: BENÉ OLIVEIRA

**SUELY**

*Professora da creche comunitária
João Ferreira, moradora do
Complexo do Alemão há 58 anos.*

FOTO: DAVI JERÔNIMO

ELIANA

*Professora da Creche Comunitária
João Ferreira, moradora do Complexo
do Alemão.*

FOTO: BENÉ OLIVEIRA





LUCIENE

Trabalhadora da área administrativa da Creche Comunitária João Ferreira e moradora do Complexo do Alemão.

FOTO: DAVI JERÔNIMO

DONA SILVIA

Famosa por suas quentinhas de R\$ 3,00, atua há mais de 20 anos no Complexo do Alemão.

FOTO: FLAVIA COSTA



ELIANA

Funcionária da padaria da Grota no Complexo do Alemão, há mais de 20 anos.

FOTO: FLÁVIA COSTA

DONA VERA

Dona de casa, posa em frente à sua residência e suas plantas, moradora há 30 anos do Complexo do Alemão.

FOTO: GLÓRIA CRISTINA



TIA BETE

Professora, assistente social, moradora da Alvorada, ativista e fundadora da Oca dos Curumins, no Complexo do Alemão. São 46 anos de trabalho na área da educação e cultura, com foco na valorização do protagonismo e na elevação da autoestima do povo preto.

FOTO: DANI APARECIDA

DANIELE

*Posa em seu comércio
e é moradora da Central
no Complexo do Alemão.*

FOTO: JHULLYESAN

**ADELAIDE**

*Com 60 anos, nascida no Complexo
do Alemão, em seu cotidiano
de trabalho.*

FOTO: ILZA LEMOS

ELIANA

Professora.

KAMILLY

Auxiliar.

NEUZA

*Diretora da Creche
Comunitária João Ferreira
no Complexo do Alemão.*

FOTO: GLÓRIA CRISTINA





LUCIANA

Comerciante antiga da Grota, no Complexo do Alemão.

FOTO: ILZA LEMOS

DONA MARIA

Moradora da Avenida Central, no Complexo do Alemão.

FOTO: JHULLYESAN



DONA JOSEFA

Moradora do CPX há mais de 18 anos, faz parte da ONG Verdejar e ministra oficinas de reciclagem.

FOTO: LORENA BARBOSA



SIRLENE

Trabalhadora da padaria da Grotta no Complexo do Alemão e fotógrafa.

FOTO: THAINARA CRISTINA

LUCIANA

Em festa comemorativa na chuva no Complexo do Alemão.

FOTO: MARILENE CARVALHO



VERÔNICA

Durante o evento 'Avivamento de Mulheres' na Igreja Católica Santíssima Trindade, na Alvorada, no Complexo do Alemão.

FOTO: JÉSSICA ANTUNES





EDNA

Com 54 anos, nascida e criada no Complexo do Alemão, trabalha na casa de doces do Jiló.

FOTO: LORENA BARBOSA



DONA SUELY

Proprietária do Bar da Madá, nomeado em homenagem à sua mãe, no Complexo do Alemão.

FOTO: THAINARA CRISTINA



CAMILA SANTOS

Cantando na festa de aniversário no Complexo do Alemão.

FOTO: MARILENE CARVALHO

JUSSARA

Em sua barraquinha, moradora do Complexo do Alemão.

FOTO: MARILENE CARVALHO



À direita:
Marilene Carvalho
e Monara Barreto.

FOTO: FLAVIA COSTA



Abaixo, oficina
de colagem e
lambe-lambe.

FOTO: VDZN





Acima, parte da exposição "Mulheres Raízes" no evento *Circulando*.

FOTO: MONARA BARRETO

À esquerda, Ilza Pinheiro, aluna de fotografia.

FOTO: MONARA BARRETO



ORGANIZAÇÃO

Samantha Sales
Alan Brum Pinheiro
Thiago Ferreira

CO-AUTORES

Elisabete Aparecida (Tia Bete)
Lucia de Fátima Cabral
Marina Ribeiro
Monara Barreto
Samantha Sales

REVISÃO

Samantha Sales
Marília Pereira

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
DE ACORDO COM ISBD

Bibliotecário Odílio Hilario Moreira Junior
CRB 8/9949

P696

Plano de ação popular do CPX: mulheres na linha de frente / organizado por Samantha Sales, Alan Brum Pinheiro, Thiago Ferreira. – Rio de Janeiro: Instituto Raízes em Movimento, 2024. 68 p. ; 14,8cm x 21cm.

ISBN 978-65-99933-02-8

1. Feminismo. 2. Mulheres. 3. Ativismo. 4. Educação. 5. Favela. 6. Periferia. 7. Rio de Janeiro. I. Sales, Samantha. II. Pinheiro, Alan Brum. III. Ferreira, Thiago. IV. Título.

2024-1871

CDD: 305.42

CDU: 396

FOTOGRAFIAS

Acervo Raízes em Movimento

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Mórula_Oficina de Ideias

PARTICIPANTES DO CURSO DE FOTOGRAFIA, MINISTRADO PELA FOTÓGRAFA MONARA BARRETO

Bené Oliveira
Dani Aparecida
Davi Jeronimo
Flavia Costa
Glória Cristina
Ilza Lemos
Jessica Antunes
Juliene Carvalho dos Santos
Lorena Barbosa
Marilene Carvalho
Thainara Cristina

CURSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA MULHERES NA LINHA DE FRENTE

Instituto Raízes em Movimento
EDUCAP
Oca dos Curumins

PARTICIPANTES

Adriana Regina Frincisval
Akili Kumiwa
Aline Guimarães
Amanda da Conceição
Ana Beatriz da Silva
Ana Paula Santos
Anastacia F. Santos

Beatriz Lopes
Benedita Maria
Camila Moradia
Carol Lucena
Carolina Maicui
Cirlene Santos
Claudia Souza da Silva
Daniele Aparecida
Edjane N. Guimarães
Elisabete Aparecida da Silva
Fabiola
Fabrícia Dias Piza
Flavia Costa
Gloria Cristina dos Santos Andrade
Guacemara Barbosa
Jezuelita Maria de Araújo
Juliana de Paula dos Santos
Juliene Carvalho dos Santos
Larissa Arantes
Lorena Barbosa
Lucia Cabral
Luzia Guimarães
Margarete Pereira da Silva
Maria José A. Silva
Marilene Carvalho
Michele Sandes
Nathalia Menezes
Patrícia Leandro Dias
Priscila Gouveia
Renata Miranda
Rosangela M.
Simone Ferreira Machado
Solange
Suelen Pereira
Teresa Silva da Conceição
Thalia Alves Souza
Thaina Oliveira
Thayelle Dias

Thayenne G. Dias
Vivian Silva da Conceição
Viviane S. Souza
Yasmim Cicero

EQUIPE PESQUISA

Marina Ribeiro
Krisna Silva
Ana Carolina Lima dos Santos

EQUIPE RAÍZES EM MOVIMENTO

COORDENAÇÃO GERAL

Alan Brum Pinheiro

ASSISTENTE DA COORDENAÇÃO

Arthur Bernardo Lopes

PESQUISADOR

Thiago Matioli

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

David Amen

ASSISTENTE DE COMUNICAÇÃO

Lorena Barbosa

PRODUÇÃO CULTURAL

Laércio Correa

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

Andréa Mendonça

ASSISTENTE ADMINISTRATIVA

Karine Montes

APOIO ADMINISTRATIVO

Juliene Carvalho



REALIZAÇÃO:



APOIO:



PARCERIA:

